

consumia incontrolavelmente as reservas brasileiras.

Em dezembro de 1998 o empréstimo com o FMI foi concretizado. Tendo o FMI como avalista de uma nova política econômica a partir de 1999, criava-se naquela altura a expectativa de credibilidade interna e externa junto aos investidores e empresas multinacionais. O plano de estabilização macroeconômica anunciado pelo governo FHC no final de 1998, com base nas diretrizes do FMI, tinha como objetivo de curto prazo a estabilização da relação dívida/PIB e conseqüentemente a credibilidade interna e externa junto aos mercados. Economistas liberais atribuem aos gastos públicos a necessidade de recorrer à poupança externa para equilibrar o balanço de pagamentos. Nesta lógica, surge o Programa de Superávits Primários (receitas menos despesas não-financeiras), que implica duro ajuste fiscal através de redução dos gastos correntes e investimentos do governo, complementado com elevação da carga tributária. Assim, governo gastando menos e arrecadando mais, a economia opera abaixo do seu potencial diminuindo a necessidade de importação e com conseqüente geração de saldo comercial favorável para honrar os pagamentos externos. Esse mecanismo, no longo prazo, permitiria a redução paulatina do diferencial de juros interno/externo, que por sua vez, estimulariam os investimentos. Com novos investimentos, o PIB naturalmente se eleva e contribui para diminuição da relação dívida/PIB. O acordo com o FMI não contemplava a liberação do câmbio, pois o dólar barato e administrado pelo Bacen era instrumento de controle da inflação. Mas ao final da primeira quinzena de janeiro de 1999 a âncora cambial entra em colapso. No dia 12 de janeiro, a demissão do presidente do Banco Central, Gustavo Franco, provoca nervosismo no mercado e a fuga de capitais acelera-se, obrigando o Bacen a realizar fortes intervenções, vendendo milhões de dólares diariamente. Francisco Lopes, seu sucessor, mesmo ampliando os limites da banda cambial, não foi suficiente para reduzir as especulações e conter a evasão de divisas: tamanho desequilíbrio no mercado interno de divisas acabou por impor a livre flutuação do câmbio e o dólar experimenta uma variação de até 42% durante o mês de janeiro.

O câmbio então deixa de ser objeto de controle da inflação, funcionando somente como suporte da política econômica, pois o novo regime era centrado no Programa de Metas de Inflação, instituído por Armínio Fraga, em junho de 1999.

O regime de metas de inflação prevê regras de condutas bem definidas e transparentes que permitam dar previsibilidade e demonstrem um compromisso forte com o mercado através de uma política não-discrionária. A meta de inflação é determinada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e divulgada com dois anos de antecedência, sendo que o período de aferição se dá no ano-calendário (de janeiro a dezembro) do ano em questão. O anúncio da meta é feito publicamente pelo presidente do Banco Central, juntamente com o Ministro da Fazenda. O primeiro é o responsável pelo cumprimento das metas, as quais são plenamente validadas pelo segundo.

O sistema de metas de inflação tem a característica de possuir faixas de tolerância (inferior e superior) em torno do centro da meta. Esses intervalos de tolerância têm a função de absorver choques benignos ou malignos à economia, como, por exemplo, um fator de desestabilização externa ou interna (preço internacional do petróleo, quebras ou recordes de safras agrícolas, etc). Faz parte das normas de conduta a prestação de contas em calendário pré-definido através de vários instrumentos, como Atas de Reunião e relatórios de inflação. No caso de insucesso no alcance da meta, o Bacen deve enviar uma carta pública ao Ministro da Fazenda explicitando os motivos e o plano de ação para a retomada do controle da inflação, incluindo-se aí um possível reajuste da meta. É essa transparência focada no compromisso incondicional de inflação controlada que vai dar a credibilidade e reputação do Programa.

A **JANELA ECONÔMICA** é um espaço de divulgação das idéias e produção científica dos professores, alunos e ex-alunos do Curso de Economia das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba.

- Cada artigo é de responsabilidade dos autores e as ideias nele inseridos, não necessariamente, refletem o pensamento do curso.

- O objetivo deste espaço é mostrar a importância da formação do economista na sociedade.